



## ATA Nº 05/2014

Aos 25 dias de abril do ano 2014, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal, na sua sala de reuniões, pelas 11.00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

### **Ponto Único: Comemoração do 25 de abril**

A Sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Guy Alberto Correia da Costa Viseu e secretariada por José Manuel Carmo da Silva e Maria Alexandra Flor Bastos.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão evocativa do Vinte e Cinco de Abril, dando a palavra aos representantes dos diversos grupos políticos com assento neste órgão municipal.

**Manuela Vilares (BE):** "A Troika entrou em Portugal há 3 anos com o pretexto de "salvar salários e pensões". Hoje sofremos as consequências sociais dramáticas da austeridade que nos foi imposta. Em 3 anos o aumento dos impostos sobre quem trabalha foi de cerca de 30%, ou seja, as famílias foram sujeitas a cortes acentuados nos seus rendimentos, ao mesmo tempo que viram os serviços públicos de educação e saúde a degradar-se e os preços dos bens essenciais como a luz, água ou os transportes a subirem de forma considerável. Cerca de 1 milhão e 100 mil portugueses vivem em situação de pobreza extrema. Temos mais 200 mil novos pobres desde 2010. Uma em cada 4 pessoas é pobre, um número que cresceu 25% em 4 anos, com aproximadamente 2 milhões de cidadãos a viverem atualmente com 409€ por mês. Em 3 anos registou-se um crescimento de 15% nas famílias que não conseguem pagar a conta da luz e de 30% no caso do gás. O número de postos de trabalho destruídos em 3 anos é outro número preocupante. A população empregada em 2013 era inferior à população empregada em 1997. Foi década e meia de retrocesso no número de empregos, com mais de 500 mil postos de trabalho destruídos e a taxa de desemprego que ultrapassa os 15%. Números da OCDE, de 2014, revelam que o desemprego aumentou mais do dobro do que na média europeia e num cenário em que mais de metade dos desempregados não recebe qualquer apoio social, são perto de 350 mil os que se encontram em situação de pobreza. O congelamento de pensões de 274, 303 ou 379 euros, os cortes no Complemento Solidário para Idosos, a baixa do valor de referência do RSI - Rendimento Social de Inserção - e a alteração dos escalões do abono de família, agravaram de forma sem precedente, o fosso da desigualdade social. Foi nas funções do Estado Social que aconteceram as mais significativas transformações desde a entrada da Troika com 80% dos cortes a incidirem na saúde e escola pública e à custa dos sacrifícios impostos aos funcionários públicos e pensionistas. Em 2 anos o PSD e o CDS cortaram 25 mil postos de trabalho no Estado e o peso salarial da Função Pública baixou dos 14% do PIB para 10,4%, muito abaixo da média europeia. Sobre a desigualdade do peso dos sacrifícios impostos desde que a Troika chegou a Portugal também não existem dúvidas onde recaiu a "ética da austeridade", com a banca e os monopólios a suportarem apenas 4% dos cortes, percentagem muito inferior ao que aconteceu com os cortes para a maioria das portuguesas e dos portugueses. Mais de 8 mil milhões de euros foram para tapar os mega buracos do BPN, BPP e

BANIF. São o exemplo que os sacrifícios são apenas e só direcionados para os trabalhadores, reformados e estudantes. Tirar ao povo para encher os cofres de bancos e banqueiros, é hoje o centro ideológico da austeridade. Para salvar bancos e banqueiros, o Governo obrigou os portugueses a viverem abaixo das suas possibilidades. Os sacrifícios impostos à maioria da população portuguesa, durante 3 anos, não têm outro resultado que não seja o empobrecimento generalizado, feito em nome de uma chantagem económica, cujos números tornam evidente o absurdo dos argumentos e desta política. O governo PSD/CDS prepara-se agora para apresentar um novo pacote de medidas de austeridade para 2015, ao fechar a penúltima avaliação da Troika, antes de 17 de Maio. "A vida das pessoas não está melhor mas a vida do país está muito melhor", afirmou o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, com a sobranceria de quem brinca com as vidas alheias. Sabemos todas e todos que se vive hoje muito pior, num país que está mais pobre, mais desigual, mais injusto socialmente e que só deixará de definhar com a rejeição do Tratado Orçamental e uma reestruturação da dívida, indispensável para que possam existir políticas de crescimento e de emprego. 40 anos depois do 25 de abril, há um sentimento generalizado de desqualificação da democracia. A violação dos compromissos eleitorais e da palavra dada aos eleitores é disso exemplo, bem como a ideia, por vezes justificada, de que os agentes políticos não são independentes e que há interesses ocultos que mandam mais alto. Quantos governos rasgaram as promessas e deputados esqueceram os seus eleitores?! Requalificar a democracia é hoje um desafio fundamental que nos deve mover a todos. Mais e melhor democracia deve ser o centro de ação de todos os progressistas defensores da liberdade, da democracia e de uma cidadania ativa. Deputados em exclusividade e referendar o tratado orçamental, deve ser o pontapé de saída para a credibilização da democracia. Quem tem medo da democracia, tem medo do povo. Quem governa não pode ter medo da liberdade e nem pode estar ajoelhado perante os interesses económicos, que são inimigos da modernidade, da justiça e do progresso. É neste contexto que estamos a comemorar 40 anos do 25 de Abril em defesa da liberdade e da luta por uma vida melhor e mais digna. Nada voltou a ser como antes desse dia e seguintes, cheios de alegria que animaram o coração e a vida da maioria das portuguesas e portugueses, os quais acreditaram ser possível a conquista de direitos que nunca tinham alcançado. Muitas conquistas foram obtidas com grande empenho, esforço, determinação e coragem. Aprendemos a viver em democracia e assim foi possível concretizar na Constituição da República Portuguesa direitos fundamentais que têm vindo a ser atacados e alguns destruídos por quem nunca soube o que era lutar pelo direito ao trabalho, à saúde, ao ensino, à segurança social, ao salário mínimo, às férias, ao subsídio de Natal, aos contractos coletivos de trabalho e aos direitos iguais para mulheres e homens. Agricultores, trabalhadores das autarquias locais, estudantes, funcionários das escolas públicas, militares, forças de segurança, aposentados, reformados, trabalhadores dos transportes públicos, são alguns dos que, em 2014, continuam a demonstrar com as suas lutas a defesa de direitos alcançados e que acreditam num presente e num futuro com dignidade. Saberemos encontrar as respostas necessárias e indispensáveis para contrariar a



política atual. Acreditamos que "só haverá LIBERDADE a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde e educação; só haverá LIBERDADE a sério quando houver liberdade para mudar e decidir, quando pertencer ao povo o que o povo produzir".

**Ana Rezende (CDU):** "Hoje comemoram-se os 40 anos da Revolução do 25 de Abril. Volvidos 39 anos sobre a eleição da Assembleia Constituinte e 38 anos sobre a entrada em vigor da nossa Constituição da República Portuguesa, obrigatório será dizer o que ficou por cumprir mas, fundamentalmente elencar o que se conquistou e cumpriu e que nos últimos 38 anos foi sendo esbulhado ao povo português. Dos denominados 3 DDD da Revolução, hoje só a descolonização poder-se-á ter por cumprida. Não basta dizer que vivemos em Democracia, porque se procedeu à extinção da polícia política (PIDE / DGS) e se implementaram as liberdades de pensamento, de expressão, de reunião e de criação de partidos políticos. A Democracia plena pressupõe também o Desenvolvimento. Contudo as condições que Abril criou, para termos um Estado rico, capaz de poder promover um acelerado desenvolvimento económico através da nacionalização dos sectores-chaves da economia que permitiriam a produção de riqueza coletiva ao serviço de toda a população, foram banidas pelos sucessivos governos PS, PSD e CDS. 40 anos depois, vivemos um dos mais graves períodos da nossa história, o mais difícil desde o anos negros do fascismo. Hoje, vivemos uma grave e profunda crise económica e social, sendo que os seus responsáveis têm rosto e nome, os governantes dos três partidos: PS, PSD e CDS. Após a institucionalização do poder civil, assente numa Constituição – considerada então como uma das mais generosas do mundo - estabelecendo os princípios, os direitos e deveres fundamentais, a organização económica e a organização do poder político e do poder local, PS, PSD e CDS tudo têm feito para a desvirtuar, levando a cabo políticas em franca violação daquela que é a nossa Lei Fundamental. Pelo contrário, a CDU sempre defendeu uma política alternativa e mais adequada à defesa da maioria dos portugueses ou seja, não contribuiu para o estado atual em que vivemos. A CDU sempre pugnou pela construção e manutenção de um sector empresarial do estado forte, onde a nacionalização das empresas mais rentáveis: bancos, seguros, combustíveis, eletricidade, cimenteiras, celulosas, tabacos, etc. — permitia uma política de baixos preços ao consumidor e de impostos mais baixos, porque os lucros dessas empresas entravam diretamente nos cofres do Estado e, por conseguinte ao serviço da população. Mas, como tudo o que dava lucro era apetecível, esses 3 partidos que nos têm (des)governado começaram por nomear os amigos para a administração dessas empresas que, não acreditando na boa gestão pública, propositadamente desbarataram recursos, auto fixaram-se com elevadas retribuições e mordomias e criaram, na opinião pública, a falsa ideia de que o Estado não tem vocação para gerir empresas e o melhor era privatizar. Curiosamente agora, essas mesmas empresas, nas mãos dos privados, dão milhões de lucros não tributados devidamente enquanto, que o povo tem de pagar a luz, os combustíveis, os transportes, os empréstimos da compra da casa a preços proibitivos e ruinosos. Hoje, vítimas destas sucessivas políticas ruinosas, somos mais de 2 milhões a viver abaixo do limiar da pobreza, somos 3,7 milhões a viver com menos

de 414,00€ por mês, somos 7,5% de analfabetos – a taxa mais elevada de toda a Europa – enquanto, que um pequeno grupo, de 100 famílias continuam a enriquecer desmesuradamente, valendo as suas fortunas cerca de 32 mil milhões de euros, ou seja, 20% do total da riqueza nacional. Em 38 anos os (des) governos do PS, do PSD e do CDS alienaram as empresas que podiam ser o sustentáculo económico do País, entregaram milhões e milhões em subsídios à banca e aos grandes empresários, gastaram em demasiadas auto-estradas, estádios de futebol, fundações, institutos, parcerias público-privadas, obras públicas com custos faraónicos e ruinosos, pagaram para acabar com as pescas, para arrancar vinha, oliveiras, amendoeiras, para abater vacas e reduzir a produção de leite — Sim, pagaram para que Portugal não produzisse! O Estado (diga-se os governantes do PS, do PSD e do CDS) gastou muitos milhões em submarinos, carros de combate, aviões de guerra e outro armamento, tem militares espalhados por esse mundo que nos custam balúrdios — dinheiro mal gasto e que nos faz falta. Instalaram um clima generalizado de irresponsabilidade e de impunidade, de corrupção galopante, de especulação financeira, de compadrio e de grandes negócios nebulosos e injustificados. Agora, sem produção de riqueza real e assente numa economia de especulação financeira – que em nada defende os interesses nacionais – os chamados partidos do “arco da governação”, PSD, CDS e PS, acusam o Estado de despesista justificando assim, a subida dos impostos diretos e indiretos, a subida dos preços de todos os bens essenciais e o esvaziamento daquelas que são as tarefas fundamentais do Estado – Saúde, Educação e Justiça. Agora, fecham hospitais, escolas, tribunais e outros serviços públicos essenciais à população, reduzem o poder local, retiram direitos adquiridos — no que os cortes nas pensões e nas reformas são dos exemplos mais vergonhosos – tudo sob o falso argumento de que os direitos constitucionalmente garantidos ao povo é que são a causa da crise. Enquanto alguns enriquecem ilicitamente, o Governo (diga-se o PSD e o CDS com o apoio abstencionista do PS) empurra a grande maioria da população para o empobrecimento injusto. O desemprego descontrolado cresce, as pequenas e médias empresas defrontam-se com maiores dificuldades acabando por encerrar e nos casos mais graves - mas que já se vêm tornando banais - por serem declaradas insolventes. Hoje estamos muito mal, perdeu-se qualidade de vida, temos: pior saúde, pior justiça, pior assistência social, pior educação, piores rendimentos, pior segurança no emprego, pior alimentação. Estas são as consequências das políticas dos sucessivos governos dos últimos 38 anos, agravadas pelo Pacto de Agressão, a que PS, PSD e CDS pomposamente chamam de “Memorando de Entendimento com a Troika” e nos amarraram, destruindo por todo o país o tecido produtivo que ainda nos restava, designadamente a indústria do calçado. Pese embora o quadro de fantasia e de grande expansão que mais recentemente o Governo Coelho / Portas nos quer pintar, a verdade é que as falências não param de aumentar, vaticinando-se a própria falência de uma das conquistas de Abril, a do Estado Social. O recurso à conhecida "Troika", com o argumento que nos vinha ajudar e prestar assistência foi e continua a ser um embuste! O empréstimo financeiro a custos de perfeita agiotagem, impuseram-nos uma vergonhosa submissão e sacrifícios desumanos.



Aos senhores da "Troika" apenas interessa garantir o lucro do seu empréstimo, pagam-se principescamente e a preocupação deles não é o bem estar dos portugueses mas assegurar que os empréstimos + as comissões + os juros elevados lhes são pagos e o investimento não corre riscos. Neste momento, cada português deve cerca de 70.000,00€ ao estrangeiro, valor este que sobe diariamente à conta das comissões e dos juros. Isto não é ajudar Portugal, é roubar Portugal! Como escreveu Natália Correia a propósito da entrada de Portugal na então CEE: - "A nossa entrada (na CEE) vai provocar gravíssimos retrocessos no país, a Europa não é solidária com ninguém, explorar-nos-á miseravelmente como grande agiota que nunca deixou de ser. A sua vocação é ser colonialista". Álvaro Cunhal, numa imagem metafórica, caracterizou a posição de Portugal na União Europeia como: - "O sobrinho pobre em casa de tia rica". Recentemente falecido, Gabriel Garcia Marques disse: - "Portugal está condenado a sentar-se de sapatos rotos e casaco remendado na mesa dos mais ricos do mundo". Ao longo de 38 anos, estes e outros avisos foram dados para que Portugal não se tornasse numa morte anunciada. Não é a primeira vez que Portugal e outros países se endividam e ficam sob a pressão dos credores, mas tal circunstância não pode nem deve significar capitulação como tem defendido a CDU. É possível e viável a renegociação da dívida, através de um acordo internacional que ponha fim aos juros e comissões usurárias e o fim da desenfreada especulação financeira que explora o povo português. Contudo, os de sempre, PS, PSD e CDS recusam esta solução! É comum dizer-se que o PS é o maior partido da oposição, mas é oposição a quê, alguém em consciência, poderá dizer que a dita "abstenção violenta" ou o "voto a favor com reserva" constituem uma oposição? Sucede que a nossa Democracia está doente e caminha para ser uma ditadura com urna eleitoral. A Democracia não se esgota na contagem dos votos. Há eleições, mas condicionadas pelos meios de comunicação social que mentem ou omitem, onde se pode escolher não uma política alternativa mas uma mesma política — por pessoas sem valores e sem ideologia, que pensam e agem da mesma forma, só que uns gostam da cor rosa e outros da cor laranja mas todos gostam muito de poder beneficiar dos dinheiros públicos. As eleições não são uma escolha entre duas cores ou entre os mais e os menos simpáticos. Votar, é escolher, é optar entre uma governação para a maioria da população e o governo de alguns - a minoria rica e poderosa do costume. Não há verdadeira Democracia quando se é eleito na base de promessas e depois se pratica exatamente o seu contrário — a isto chama-se burla! Pena é que a lei não preveja a demissão imediata dos políticos que fazem o contrário do prometido. Dizer-se que o partido que ganha as eleições tem o mandato do povo para fazer tudo o que entender, desde que tenha uma maioria parlamentar, pois o povo assim quis é uma falácia. Dúvidas não restarão com certeza de que o PSD teria perdido as eleições se tivesse falado a verdade e tivesse dito que iria fazer o que tem efeito! Nas últimas eleições, mais de 6,5 milhões de eleitores não votaram nem PSD, nem CDS, num universo de 9.758.534 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, ou seja cerca de 66% não elegeu o atual Governo. A CDU sempre exerceu uma oposição séria e responsável, é a alternativa que defende políticas diferentes em prol de toda a população, simplesmente tal é escondido, deformado e boicotado pela comunicação social. As TVs, as

Rádios e os Jornais são na sua totalidade pertença de privados ligados aos grandes grupos económico-financeiros e, portanto são o veículo dos grandes interesses económicos — que só divulgam, usam e abusam dos comentadores, especialistas, cientistas, economistas, juristas, politólogos, etc. que dizem todos a mesma coisa, defendendo o ponto de vista dos patrões e dos interesses de quem lhes paga. Por seu turno, a rádio e televisão públicas são administradas e dirigidas pelo Governo (ou seja, PSD, CDS e PS) e são correia de transmissão do pensamento único dos partidos do arco do poder. A desinformação é total e os conteúdos da programação são alienantes, formatando cabeças e mentalidades no sentido de as tornar numa massa mole e acrítica incapaz de questionar a política oficial e convencendo o povo que só há um caminho — que é o de sacrificar os mais fracos e apoiar os mais fortes. Não há informação isenta e verdadeiramente plural, não há comentadores regulares da área da CDU, não há notícias das atividades e iniciativas dos eleitos da CDU, designadamente dos grupos parlamentares que a compõe. Apesar deste estado caótico a que chegamos é possível termos um Portugal mais humano, mais fraterno e mais justo. Ouçam atentamente, com espírito aberto e sem preconceitos as propostas da CDU e poderemos corrigir muitas das más políticas que nos vêm condenando à miséria e ao desespero, construindo assim uma Democracia avançada, sustentada num real desenvolvimento económico que permita uma maior e melhor distribuição de riqueza, abolindo o fosso e as desigualdades sociais. Lutar contra a exploração do homem pelo homem é ainda um dos desígnios de Abril que está por cumprir e que a CDU continuará a fazer tudo para o concretizar. Viva o 25 de Abril!”

**Joana Devezas (PS):** Celebramos, hoje, 40 anos sobre o 25 de Abril de 1974, o dia da Liberdade. Hoje relembremos todos aqueles que instauraram a Democracia e a Liberdade depois de décadas de autoritarismo e de ditadura. Hoje recordamos os militares que nos libertaram de uma brutal e densa ditadura. Hoje lembramos os contributos que muitos deram, nascidos em movimentos que ansiavam a mudança e que lutaram de forma clandestina contra a rede policial e repressiva. E hoje, tal como há 40 anos continuamos todos os dias a pugnar por uma contínua LIBERDADE. Em representação da bancada do PS cabe-me a honra e a responsabilidade de trazer a esta Assembleia algumas palavras sobre o 25 de Abril. Nasci após a revolução e apesar de ter vivido sempre em liberdade, em democracia e de nunca ter enfrentado uma ditadura, o obscurantismo ou uma guerra colonial, sei reconhecer este dia como dia que abriu caminho ao desenvolvimento e à construção de uma sociedade mais justa e solidária. Reconheço, por isso, o 25 de Abril de 1974 como o marco da abertura de Portugal ao desenvolvimento e à modernidade, adotando um pensar livre, eticamente republicano e como o princípio de uma nova era virada para os ideais europeístas, ambicionando atingir níveis de qualidade de vida elevados e linhas de pensamento mais progressistas. Viveu-se em Portugal durante 48 anos uma ditadura que obscureceu o progresso, empobreceu os cidadãos, perseguiu resistentes, prendeu pessoas e amarrou Portugal a um atraso considerável em relação à maioria dos países da Europa Ocidental. Saudar o 25 de Abril é olhar para as conquistas como a liberdade de



expressão, de reunião, de manifestação, de organização política e sindical, da igualdade de direitos, da realização de eleições livres, do direito à justiça, à cultura, à habitação, ao trabalho, à educação, à saúde, à greve, à reforma e ao poder local democrático. Saudar Abril é reconhecer a importância da dimensão de igualdade do género na cidadania e nas práticas da governação pública central, regional ou local. Com as conquistas de Abril, abriram-se possibilidades do acesso às universidades e ao mundo do trabalho em pé de igualdade para homens e mulheres. A LIBERDADE conquistada em 1974 constitui pois um pilar essencial da Democracia, diria o seu principal sustentáculo. E os valores fundamentais da Democracia são os que se referem aos direitos individuais à vida, liberdade de propriedade, ao respeito pelo bem comum, à igualdade de oportunidades, à equidade na justiça e à qualidade de vida. A ideia fundamental da liberdade cívica é a convicção profunda de que os direitos humanos não dependem do Estado, mas que é ao estado que cabe a responsabilidade de os aceitar e proteger. Urge pois, cada vez mais fazer cumprir Abril relembrando os valores, os ideais e o simbolismo a ele inerentes. E fazer cumprir melhor, porque, avaliando a ação do atual governo, fica patente a necessidade de uma alternativa que quebre este ciclo de receitas falhadas e crescimento light, uma alternativa que quebre este plano baseado em estatísticas cujas variáveis são adulteradas, não atendendo às particularidades reais da nossa economia. Não podemos tolerar a ideia peregrina de desmantelamento do Estado Social. Primeiro, porque, retirar aos portugueses algumas garantias que a Lei Fundamental assegura, como o direito à educação pública, universal e gratuita e o direito à Saúde, consumada no Serviço Nacional de Saúde, é, declaradamente, inconstitucional. E depois porque é, também, um fator gerador de desigualdades sociais, quando, antes, é desejável a correção ou minimização das mesmas. E é no plano local que deve começar o controlo e fiscalização à atuação dos órgãos estatais. Só com um maior empenho e dedicação dos cidadãos, será possível reportar e condenar os casos de má gestão política, tal como premiar quem bem sabe gerir, promovendo a mudança das diretrizes políticas nacionais. No atual cenário de crise, de contração do Estado social, de ameaça à coesão social, de crescente individualização das relações sociais, de desmembramento do tecido social, de alastramento da precariedade, da pobreza e do desemprego, de perda do sentido identitário, quer individual quer das coletividades, compete aos cidadãos e aos seus movimentos e associações, designadamente ao sindicalismo e aos partidos políticos velar pela defesa do contrato social e dar continuidade a alguns dos valores que ao longo dos últimos anos orientaram as lutas sociais em prol da democracia e da justiça social. O reforço da democracia e da cidadania assim o exigem, devemos ser firmes na defesa do Estado social, na defesa de políticas públicas que combatam as desigualdades sociais, para não aceitarmos que em nome da situação do país se possa concretizar uma agenda que não tem outras preocupações que não sejam as pessoas, mas interesses meramente corporativistas. O conceito do Estado Social é um dos pressupostos do Estado de Direito consagrado no nosso projeto constitucional visando a realização da democracia económica e social. É obrigação do Estado desenvolver políticas de promoção do bem-estar social, concretizadoras da igualdade real entre os cidadãos. Devido a

esta obrigação, o Estado tem o dever de manter um sistema de saúde, um sistema de educação, um sistema de segurança social, com caráter universal, disponível a todos os cidadãos. Mas comemorar Abril e respeitar o seu espírito, é também lançar bases para o futuro, é traçar caminhos possíveis que nos permitam acreditar num amanhã mais próspero e mais justo. E só conseguiremos este desiderato com uma Europa mais justa e solidária e que fomente a coesão entre os seus Estados-membros. Atualmente, nenhum país da União Europeia se basta por si só, como tal, defendemos uma Europa Federal, uma vez que já não é possível aos Estados-membros responder aos desafios sozinhos. Acreditamos que para se sair da crise económico-financeira é necessário implementar reformas estruturais que estão em primeira instância no desenho de uma nova organização capaz de responder aos desafios que o mundo nos lança continuamente e de forma permanente. Uma nova União Europeia, com eleições diretas para a Comissão, com um sistema político mais aberto aos cidadãos e com um renovado sistema monetário que responda cabalmente perante situações excecionais, como a crise financeira mundial de 2008, e não onere os seus Estados-membros com o princípio da expansão das suas dívidas soberanas, como aconteceu a partir de 2009 nos países da zona euro com as consequências sociais atuais em grande parte destes países. Soubemos, no passado, contribuir para a queda do muro de Berlim e posteriormente abrir as portas aos países do leste europeu, hoje a maior parte deles membros de pleno direito da União Europeia. Temos que olhar para o futuro com esperança. Vamos ter que trilhar inevitavelmente o caminho do Federalismo e seguirmos para uma nova Europa, em que o crescimento económico e o emprego são objetivos primordiais para a subsistência da coesão social. As políticas de austeridade severa dos últimos 5 anos, que nos têm conduzido ao desastre social e económico na Europa, têm contribuído para o crescimento da extrema-direita europeia que deve ser visto com muita preocupação e como um alerta para invertermos as políticas preconizadas no século XXI. Necessitamos rapidamente de um 25 de Abril na União Europeia, que seja genuinamente humanista e libertador. Para os portugueses a União Europeia terá de ser vista sempre como um instrumento, não como um fim para atingirmos os nossos objetivos coletivos. Por tudo o que atrás foi dito, nunca é demais recordar o Dia da Liberdade. Porque a LIBERDADE, como bem sabemos, não nasce conosco – CONQUISTA-SE! Em 25 de Abril de 1974 os portugueses souberam conquistá-la, após anos e anos de luta e sonho, de resistência e fé, de lágrimas e esperança, usando os Capitães de Abril como o instrumento último do seu ideal, desferindo a estocada final num regime decadente, que mantinha o povo português amordaçado. Nós – os que tivemos o privilégio de nascer em liberdade, - temos de respeitar este dia e sermos os fiéis depositários dessa herança, cabendo-nos o papel de defender a liberdade até às últimas consequências e de contribuir diariamente para o seu permanente aperfeiçoamento. Hoje festejamos: Quarenta anos de democracia. Quarenta anos de liberdade. É, pois, com emoção que em nome do Partido Socialista manifesto o meu mais profundo agradecimento a todos os que lutaram, a todos os que acreditaram, a todos, mais ou menos conhecidos, os que tornaram possível hoje viver em democracia e em liberdade. Viva a Democracia! Viva a Liberdade! Viva Espinho! Viva Portugal!”





**Ricardo Sousa (PSD):** "O 25 de abril é uma data fundadora. É dia de celebração da liberdade e da democracia. Este é o dia que melhor encarna na história portuguesa o espírito e a demanda da liberdade. Porque esta foi a sua maior conquista: a liberdade! Celebramos uma geração que exausta de 13 anos de Guerra colonial, soube interpretar as mais genuínas aspirações do povo Português. Não é por isso de admirar que o programa do Movimento das Forças Armadas fosse revestido de enorme simplicidade e se resumisse no essencial a três D's: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Estas foram as três palavras chave que mobilizaram a população em torno dos militares de Abril. Neste 40º aniversário convém recorda-las como símbolo e testemunho do que até aqui foi feito. A democratização do Regime aconteceu, findo o processo revolucionário iniciado a 25 de Abril. Portugal conseguiu impedir que um totalitarismo cedesse lugar a outro totalitarismo, instaurando uma democracia pluripartidária baseada na vontade e soberania populares. Não somos nem nunca seremos uma democracia perfeita porque não há democracias perfeitas. A democracia, quando é verdadeira, é uma convenção de uma enorme fragilidade que exige diariamente o compromisso de todos. Convém no entanto perceber que a democracia não precisa de tutores, de protagonistas que teimem em querer interpretar a democracia à luz dos seus próprios interesses, descontentes com este ao aquele governo, ignorando que a única legitimidade que existe em democracia, é a do voto. Porque democracia pode ter muitos pais, mas não tem nenhum dono. O segundo D foi o da descolonização. Este é porventura um dos aspetos mais polémicos e fraturantes da sociedade do pós 25 de Abril. O fim definitivo do império português implicou uma mudança radical na vida de mais de um milhão de portugueses. Não podemos ignorar que para lá do legítimo reconhecimento da independência dos povos das colónias, este foi um processo que teve enormes custos para o país e para milhares de pessoas que viram as suas vidas marcadas pelo estigma do regresso ou de uma primeira chegada sem nada, e de um recomeço muitas vezes do zero. O terceiro D é porventura o mais dinâmico e permanentemente inacabado: Desenvolver. Muitas vezes mergulhados que estamos nos problemas com que o País hoje se confronta, não percebemos o fantástico caminho percorrido nestes últimos 40 anos. Estamos mais ricos, vivemos melhor e isso é notório em muitas áreas. O estado social iniciado na década de 70 teve o seu impulso mais importante e decisivo com o 25 de Abril. A rede de cuidados de saúde é incomparavelmente melhor e mais abrangente. A mortalidade infantil teve uma evolução extraordinária com um dos valores mais baixos do mundo. A esperança média de vida aumentou quase 15 anos nestes últimos 40. O analfabetismo quase desapareceu e há dez vezes mais alunos no ensino secundário. A entrada na União Europeia tantas vezes hoje levemente amaldiçoada teve um inegável impacto positivo na nossa economia difícil de mensurar pela sua enorme dimensão. Todas estas conquistas, foram conquistas relevantes e que se devem em grande parte à mudança de regime operada em 1974. Mas boas notícias também nos colocam problemas a que somos obrigados a dar resposta. Todos estes progressos trouxeram-nos também, e como não podia deixar de ser, problemas. Melhores problemas do que aqueles que tínhamos em 74, mas ainda assim problemas de difícil solução. A pressão demográfica é

enorme e é já hoje um dos nossos principais desafios. O problema da natalidade é transversal a muitos dos países desenvolvidos e não se pode ignorar que embora a crise possa ter contribuído para acelerar este fenómeno, se trata de uma questão cultural com que as sociedades de hoje se debatem. O nosso índice de fecundidade em 2012 foi metade do registado em 1973. Aliado a isto, o número de pensionistas passou de pouco mais de 600.000 em 1973 para mais de 3.500.000 em 2012. Não é preciso ser um grande economista ou um perigoso neo liberal para perceber que nos debatemos com uma progressão verdadeiramente insustentável. Não adianta tentar contornar o problema, não adianta fingir que ele não existe. Temos um verdadeiro elefante na sala, e temos de ter a seriedade de o abordar com realismo. O país foi conseguindo adiar estas e outras discussões enquanto foi possível camuflar o problema com aumento da dívida e aumento de impostos. Acontece que agora não há por onde fugir. Por muitas reestruturações e perdões que se reclamem o problema se original permanecer inalterado, isso levar-nos-á novamente, mais cedo ou mais tarde, ao estado em que nos vimos achados em 2011. Esta é uma situação que a manter-se, vai com toda a segurança comprometer liberdade de escolha das gerações futuras. E a liberdade foi o maior dos legados que abril nos deu. Para que as gerações futuras possam ser senhoras do seu próprio destino é necessário hoje operar reformas que nos possam colocar numa rota de sustentabilidade. Parafraseando o herói do romance o "Leopardo" de Giuseppe di Lampedusa: "Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude." Este é no entanto um debate duro e incompatível com a vozeria do debate político quotidiano. O País precisa que os responsáveis políticos se entendam! O momento que atravessamos apela a esse entendimento e ao compromisso! O compromisso faz parte da democracia. Não é o desacordo que faz um democrata, mas a liberdade de poder não estar de acordo. Precisamos de espírito de compromisso mas também precisamos de capacidade de renúncia. Precisamos de responsáveis políticos que arrisquem os seus próprios créditos em nome do interesse nacional. Permitam-me que a este propósito recorde uma figura marcante da política em Espanha recentemente desaparecida e que bem encarnou esta capacidade de se subtrair em nome de um interesse superior. Falo de Adolfo Suarez. Adolfo Suarez foi uma personalidade determinante na consolidação do regime democrático em Espanha. E foi porque conseguiu ver aquilo que mais nenhum político do seu tempo viu. Este era um homem que veio de dentro do regime franquista e que mesmo assim soube chamar todos os sectores que tinham combatido o regime ou que dele desconfiavam. Fê-lo com inteligência e com uma noção de compromisso permanente, pondo mesmo em causa os seus interesses eleitorais mais imediatos. Não o fez à procura de um reconhecimento imediato, fê-lo porque achava que era o caminho certo independentemente dos custos que isso teria. É hoje tido por todos como um protagonista decisivo da transição democrática em Espanha, porque tarde ou cedo, o povo sabe agradecer a quem teve sentido de Estado nas horas certas. Minhas Senhoras e meus Senhores O 25 de abril de 74 permitiu-nos sonhar com um país melhor e mais justo. Muitas das aspirações dessa altura foram sendo concretizadas apesar dos momentos difíceis que fomos atravessando nestes últimos 40 anos. Mas o D do desenvolvimento não nos permite parar. Convoca-nos



permanentemente para novos desafios e metas que são necessárias serem alcançadas. O momento que o país atravessa responsabiliza todos os atores políticos. Os Portugueses exigem hoje mais do que nunca responsabilidade, porque o caminho para vencermos as dificuldades é estreito e sem margem para erro. Esta é a hora de preparar e acautelar o futuro do país permitindo que os próximos 40 anos sejam de progresso e modernidade. Que abril nos dê a força e a inspiração para nos dedicarmos a esta nova urgência com confiança e esperança neste país livre. Viva Portugal.”

**Presidente da Assembleia Municipal:** “Assinalam-se hoje 40 anos do “25 de Abril de 1974”, o dia que marcou o fim de uma ditadura política e social, que era a mais velha da Europa, e “semeou os novos ventos da liberdade e da democracia”. Neste órgão autárquico representativo dos cidadãos de Espinho, saúdo todas e todos os espinhenses, num grande abraço amigo e fraterno, que acolhe também todos quantos contribuíram para esta vitória da Democracia e da Liberdade, no nosso País e no nosso Concelho, muitos dos quais já não se encontram entre nós mas que devem aqui ser recordados com saudade e gratidão. Um abraço especial para todos os ilustres cidadãos espinhenses que me antecederam no desempenho deste cargo, alguns deles aqui presentes. Pela voz dos Senhores Vogais, representantes das forças políticas com assento nesta Assembleia, acabámos de escutar atentamente as mais variadas opiniões e perspetivas sobre o 25 de Abril de 1974, todas merecedoras do nosso maior respeito e consideração, assim se dando expressão máxima a uma das grandes conquistas de Abril que foi a Liberdade de Opinião e de Expressão. Antes de dar por encerrada esta sessão solene comemorativa do 25 de Abril de 1974, permitam-me que dê o meu modesto contributo para enaltecer o momento que assinalamos. Ao celebrarmos o 40º aniversário do “25 de Abril de 1974” devemos fazer uma análise retrospectiva das últimas quatro décadas da história do nosso país. Ao longo destes 40 anos têm-se manifestado as mais diversas opiniões sobre o 25 de Abril de 1974 que se podem sistematizar em duas grandes correntes de opinião: Para uns tratou-se de uma verdadeira Revolução pois pôs termo a um regime político ditatorial, à opressão, ao colonialismo e à guerra, e restituiu os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos com vista à construção de uma sociedade livre, justa e solidária baseada na soberania popular, no pluralismo de expressão e na organização política democrática. Para outros foi um Golpe de Estado que depôs governantes déspotas e derrubou um regime tirano para instituir uma Junta de Salvação Nacional composta por militares, que apenas eram alguns dos protagonistas desse golpe, com o único e principal objetivo de pôr fim à guerra colonial e restaurar a imagem de Portugal junto da comunidade internacional. Mais recentemente, tem vindo a ganhar força uma terceira e perigosa corrente de opinião que considera o 25 de Abril de 1974 uma grande desilusão. Sobre o 25 de Abril de 1974 já se manifestaram, portanto, muitas opiniões e contaram muitas histórias, as opiniões e as histórias de todos nós. É, pois, um acontecimento próximo e íntimo. No entanto, ficamos por vezes com a sensação de aparecer nas nossas vidas individuais e na vida coletiva do nosso país como algo de polémico e estranho, impregnado ainda de

incompreensíveis complexos e de indesvendáveis tabus. Nesta multiplicidade de opiniões e perspectivas sobre o 25 de Abril de 1974 e de forma a desmistificar a sua carga ideológica, sempre controversa, permitam-me que descreva aqui o 25 de Abril pelo “brilhozinho nos olhos” de uma criança de 8 anos de idade, de nome Catarina Santos, aluna da já extinta Escola nº 1 desta cidade de Espinho, que teve honras de publicação, entre muitas outras histórias enternecedoras contadas por crianças, numa feliz edição promovida, no ano de 1993, pela Câmara Municipal de Espinho intitulada “Um Mar de Histórias”: O 25 de Abril Dia da Liberdade Amanheceu. Na rua, as pessoas sorriem a caminho dos empregos. Passam milhares de militares com os dedos em V e as pessoas põem cravos nas pontas das espingardas. Nas escolas, cantam-se canções novas que falam de amizade e de amor e de liberdade. Portugal está em festa. É o 25 de Abril. Naquela madrugada primaveril de Abril de 1974, os jovens audazes capitães de Abril, tinham reconquistado para os portugueses o direito de assumir a responsabilidade do seu destino: um projeto novo, a reclamar a construção de um homem novo, que veio a introduzir no país profundas transformações políticas, económicas, culturais, sociais e educativas. À luz dos olhos de Sophia de Mello Breyner Andresen “Esta foi a madrugada que [se] esperava/O dia inicial inteiro e limpo/Onde emergimos da noite e do silencio/E livres habitamos a substância do tempo”. O 25 de Abril de 1974 foi uma Revolução feita por jovens e a pensar nos jovens: o capitão Salgueiro Maia, um dos principais rostos do movimento, tinha apenas 29 anos. Na sua coluna militar saída de Santarém, os seus colegas camaradas que o acompanhavam eram ainda mais novos e o movimento dos capitães de Abril dirigia-se diretamente aos jovens, proclamando vários ideais: acabar com a guerra colonial, abolir o garrote da censura, abrir as portas da liberdade, extinguir os crimes políticos, colocar fim aos tribunais plenários e às condenações por delitos de pensar, falar, escrever e cantar, melhorar a qualidade de vida dos portugueses, prometendo-se para todos “Paz, Pão, Educação, Saúde”. Foi uma Revolução de jovens e a pensar nos jovens, que ambicionavam uma vida mais aberta do que as paredes e grades onde o país vivia encerrado, depauperado e gravemente analfabeto. Vivemos o 25 de Abril com esperança renovada e rejubilámos pela conquista da liberdade de voto. Foram tempos de confiança no futuro e de esperança num país que todos queríamos mais próspero, mais fraterno, mais justo e mais digno. Convidaram-nos a sonhar, sonhar intensamente pois o sonho comanda a vida. Agora, 40 anos passados sobre o 25 de Abril de 1974, damos conta que estamos a acordar em sobressalto desse sonho lindo. O português pós 25 de Abril viveu intensamente a euforia da liberdade e esqueceu o sentido da responsabilidade. Deixou-se confundir pelas doutrinas políticas, algumas delas utópicas, e perdeu a consciência do prático, do útil e do necessário. O jovem do pós 25 de Abril assumiu uma atitude de negação da hierarquia de valores que os humanistas cristãos edificaram na Europa e passaram a ver o “eu” com primado sobre o “nós” ou o “vós”, num estatuto constituído apenas por infundáveis e ilimitados direitos e não por deveres, para quem as recompensas vêm antes dos esforços e os prazeres antes dos sacrifícios, num ilusório caminho de facilitismo com vista a conseguir a suprema felicidade em que acreditava. Deixou de



construir objetivos e passou a viver somente do aproveitamento de oportunidades, algumas delas irreais. Deixou de produzir e passou apenas a consumir instituindo-se a cultura do “novo riquismo consumista e despesista”. Os portugueses passaram a consumir muito mais do que produziam, o que levou a um desequilíbrio profundo da balança de pagamentos. Deixou de ganhar através de trabalho honesto e passou apenas a gastar, dentro de um espírito consumista desenfreado, alimentado umas vezes através de modos de vida subordinados a uma lógica subsídio dependente, outras vezes caindo no logro da oferta bancária do dinheiro fácil. As famílias e o Estado endividaram-se. Dissiparam-se os vastos recursos públicos do país. Constituíram-se parcerias público-privadas com resultados catastróficos. As empresas públicas foram saqueadas através dos mais diversos e sofisticados mecanismos de engenharia financeira. Beneficiando das reservas de ouro armazenadas ou de transferências provindas da Europa, Portugal dispôs nas últimas quatro décadas, de vultuosos recursos económicos que foram dissipados por todos nós, sem sermos capazes de criar estruturas sólidas de produção de riqueza, ou de construir os alicerces de uma economia sustentada. Ao longo destas quatro décadas, a nossa jovem democracia foi sendo minada nos seus alicerces morais pela ação de poderosas redes de corrupção, de tráfico de influências e de clientelismo que asfixiaram e manietaram o Estado Democrático. De uma forma generalizada, a qualidade e competência do decisor político baixou e hoje há uma crescente desconfiança na capacidade da classe política e das instituições democráticas em conseguirem encontrar as soluções mais acertadas para o país. Para esta desconfiança muito tem contribuído o carreirismo e o tacticismo político, o oportunismo mediático, a impreparação e a desmedida obsessão pelo poder. Na verdade, ao longo destas quatro décadas de democracia, temos verificado que os interesses de progressão na carreira e de tacticismo político têm condicionado a tomada de decisão política a qual deveria estar orientada exclusivamente para a prossecução do interesse público e satisfação do bem comum. O carreirismo e o tacticismo político tem andado interligado com o oportunismo mediático: a ação política tem sido desenvolvida em função dos media, conferindo-se uma importância excessiva à notícia que se publica, ao título de caixa alta que se consegue. A impreparação tem sido outra característica evidenciada pela classe política, a qual tem origem, certamente, em vários fatores tais como: falta de experiência de vida, redução do campo de recrutamento, abandono da formação política e do debate político substantivo por parte dos partidos políticos. Finalmente obsessão pelo poder. A ação política tem sido determinada mais pela conquista de cargos e de lugares de poder do que pela luta por causas ou por ideais. Tem prevalecido uma cultura do poder pelo poder onde a ideia de que é preferível perder com honra a ganhar sem mérito pertence à pré-história da política. Esta cultura do poder pelo poder a qualquer custo, por qualquer meio, corrói os alicerces da credibilidade na classe política e mata a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. É imperioso reverter esta situação. Passadas quatro décadas do sonho chamado Abril, os portugueses vêem-se envolvidos numa crise económica profunda, que embora transversal a todas as classes sociais, atinge particularmente a classe média, que perpetua diferenças e acentua desigualdade de

oportunidades e recursos. Tal como aconteceu noutros momentos da sua história mais recente, Portugal perdeu capacidade de pagar as suas dívidas e teve de recorrer a ajuda financeira externa. O programa de assistência económica e financeira e o memorando de entendimento celebrado com a "Troika" exigiram uma severa austeridade e levaram ao corte de salários e regalias/direitos do chamado Estado social. O nosso vocabulário passou a ser invadido por termos como "dívida soberana", "troika", "mercados financeiros", "agências de rating", "resgate", "renegociação da dívida", "programa de ajustamento", "Documento de estratégia orçamental". Agora, como nos tempos mais difíceis da nossa história, está a ser, novamente, o povo português a ter de resolver a situação, suportando os sacrifícios, pagando as faturas dos erros governativos cometidos e até de alguns saques a que fomos assistindo. Na verdade, mais de metade do IRS cobrado aos portugueses é para pagar juros da dívida do Estado. A pobreza aumentou. Aumentaram os indigentes. Há crianças que têm de ir para a escola nas férias para terem pequeno-almoço e almoço. Milhares de alunos vêm-se obrigados a sair das universidades sem meios para pagar as propinas. Não há nenhuma família portuguesa que não viva com o drama do desemprego: Um em cada dois jovens que não emigram está desempregado. Com forte redução de rendimentos, as famílias apoiam-se umas às outras ficando à beira do sufoco financeiro. São os filhos que regressam à casa dos pais, agora acompanhados de cônjuge e filhos, ficando todos a viver das encolhidas reformas do velho casal. São os idosos que foram retirados dos lares, fazendo-se com que a sua reforma seja o único suporte de sustento de filhos e netos. Aumenta o número de famílias que recorrem a organizações humanitárias e solidárias para conseguirem as refeições de que sobrevivem. A par da crise económica, a crise social: assiste-se a um declínio demográfico alarmante desencadeado por uma progressiva quebra de natalidade a que não é alheia a diminuição da qualidade de vida dos portugueses e da esperança em dias melhores. De acordo com as projeções centrais do INE (não as otimistas nem as pessimistas), em 2060, Portugal pode passar de 10.5 para 8.6 milhões de pessoas, o que corresponde a uma perda de um quinto da sua atual população. A par desta diminuição demográfica, o INE aponta para um assustador aumento do índice de envelhecimento: Entre 2012 e 2060, passaremos de 131 para 307 idosos por cada 100 jovens, o que conduzirá a uma brutal diminuição do índice de sustentabilidade, passando de 340 para 149 pessoas ativas por cada 100 idosos. Temos, assim, um país com menos pessoas, mais envelhecido e com um índice de sustentabilidade potencial drasticamente mais baixo, que, na opinião dos especialistas, se poderá tornar num país impossível ou inviável no prazo de 50 anos. Os mais novos e ativos poderão não chegar para suportar o funcionamento do atual modelo de sociedade, o que leva a considerar a demografia portuguesa uma autêntica bomba-relógio. Sem esperança em dias melhores, os portugueses vêm-se obrigados a abandonar o país numa vaga de emigração qualificada. A imagem dos emigrantes portugueses de mala de cartão e do bacalhau deu lugar à dos emigrantes portugueses com o diploma de curso superior na bagagem, recursos humanos valiosos que é imperioso regressem ao País. Vivemos tempos em que a força das agências de rating se sobrepõe à força da



soberania dos Estados e a utopia do atual sistema financeiro internacional destrói as ideias de nação e de pátria. Vivemos tempos em que o humanismo e os valores culturais não se sobrepõem a uma economia ultraliberal. Vivemos tempos em que a justiça não é ainda o verdadeiro pilar da democracia. Vivemos tempos em que a opinião pública é formatada e “anestesiada” através da encomenda de fortes, incisivas e matraqueadoras campanhas comunicacionais. Vivemos tempos em que a instituição família, fonte primária e fundamentante da educação se encontra em declínio. Vivemos tempos em que a escola, elemento fundamental da instrução e formação e pilar fundamental da democracia se encontra desapojada. Vivemos tempos em que se assiste a uma perigosa formação de um apartheid social e geracional. Vivemos tempos em que o sistema de segurança social não é sustentável e as novas gerações que têm a sorte de entrar no mercado de trabalho hoje, não têm garantia de uma reforma minimamente digna amanhã. Vivemos tempos em que as instituições de solidariedade social, a Igreja, grupos de voluntários, com nome e sem nome, ou cidadãos anónimos, na sua vontade de bem fazer, são chamados a dar apoio aos mais carenciados, oferecendo refeições ou distribuindo “Kits” de comida. Vivemos tempos em que o extremismo antidemocrático cresce sob o acicate da nova pobreza gerada pela austeridade. Aos olhos da Europa em que se integra, que só por ironia se chama união, Portugal está, deste modo, a dar provas de bom cumprimento do programa de ajustamento, de tal forma que pode admitir até a hipótese da chamada “saída limpa”, dispensando-se o conforto da “almofada” cautelar. No entanto, tal facto dever-se-á a um sistema económico que já foi definido por Sua Santidade o Papa Francisco como a “economia que mata”. Minhas Senhoras e meus Senhores, É chegada a altura de falarmos, cara a cara, com verdade, seriedade, honestidade e competência. Chegou a hora de conhecermos Portugal: sabermos a verdadeira situação em que o País se encontra e quais são as suas reais capacidades. Para que não mais vivamos acima das nossas possibilidades, a gastar mais do que aquilo que produzimos. Para que não mais se fique à beira do colapso financeiro. Para que não mais se fique dependente dos asfixiantes mercados e das implacáveis instituições financeiras internacionais. É certo que estão, hoje, em causa as chamadas “conquistas sociais” da Revolução de Abril: o serviço nacional de saúde, as pensões sociais, a dignidade do trabalho, a tendencial gratuitidade do ensino. É certo que hoje, o Estado Português não pode continuar a ser tão providencial como foi ontem. Mas também é certo que todo o cidadão tem direito a uma vida digna e não apenas a uma vida de sobrevivência. Todos sabemos que Portugal atravessa um dos momentos mais difíceis da sua história recente, que terá de resolver. Mas Portugal, como País de pessoas resistentes, de competência mundialmente reconhecida, saberá, certamente, sobreviver também a esta crise e poderá até sair dela reforçado. Os tempos atuais não podem ser gastos em lamentos. Nos tempos atuais não há lugar para a demagogia política. Os tempos atuais reclamam um homem político novo, sensato, competente, responsável, honesto, exclusivamente ao serviço do interesse coletivo e prossecutor do bem comum, e humanista. Chegou o momento de nos unirmos na defesa da democracia, no reforço do Estado de Direito e na construção de um País melhor. Nesta nova

fase de adaptação aos novos tempos, é importante que o Estado não se dissolva, as instituições não se desmoronem, o interior não se desertifique e que não aumentem as assimetrias em relação ao litoral e aos grandes centros urbanos. Em momento de acentuada crise económica e financeira, consumindo-se mais do que se produz e gastando-se mais do que se recebe, com uma elevada taxa de desemprego, é altura de aproveitar os nossos recursos naturais e assumir a verdadeira natureza de Portugal, como País de Terra, Mar e Sol. Nesta nova fase de necessária adaptação aos novos tempos, importa enaltecer a importância do mar português e invocar o nosso passado glorioso que nele tivemos como grande motivação para vencer o presente e ganhar o futuro. Desde os alvares da nacionalidade, terminada a conquista do solo, o mar foi o nosso grande chamamento, a nossa vocação essencial. Portugal nasceu a ver, ouvir e sentir o mar, lançou-se nele, desbravou-o e transformou-o no seu mar arável. Com essa partida mudámos o rumo da nossa história e demos a conhecer um novo mundo. A par da revitalização da terra e da otimização do sol, importa recuperar a vocação marítima portuguesa, não já para dar novos mundos ao mundo, mas antes para retirar da nossa extensa plataforma marítima todas as suas potencialidades. Haverá que explorar os recursos naturais da nossa plataforma marítima, designadamente a existência de reservas de gás natural segundo notícias recentes. Será, pois, de louvar a recente iniciativa de mostrar às crianças das nossas escolas o chamado novo mapa português, evidenciando que o país possui uma enorme extensão de território oceânico que interessa aproveitar. De facto, "Portugal é mar" pois apenas 3% do seu território se situa em terra e os maiores feitos dos portugueses aconteceram através do mar. É preciso assumir em definitivo a verdadeira vocação de Portugal como País de agricultura, de pescas, de turismo e indústrias conexas. É preciso reconstruir o País com base nestes pilares, com espírito empreendedor e sem subsídios-dependências. Os tempos atuais devem ser pois, de ação, de procura de consensos políticos e soluções concertadas, ultrapassando "divergências insanáveis" por mais insanáveis que sejam, tendo sempre no horizonte os verdadeiros ideais de Abril. Nada se constrói sem se ter um ideal. Paradoxalmente, o 25 de Abril é tão pouco conhecido pelos alunos das nossas escolas, nesta maneira de ser tão portuguesa e tão atual de desvalorizar o que é nacional e esquecer o que a nossa história, a história dos nossos pais, dos nossos avós, do nosso País, teve de importante. Se a Revolução portuguesa do 25 de Abril de 1974 e as canções que lhe deram alma, apaixonaram a Europa e o mundo, ocuparam os meios de comunicação internacionais durante vários meses, e são hoje frequentemente invocados por outros povos como referência de atuação para a mudança, porque não, serem os portugueses a inspirar-se nos verdadeiros, nos puros, nos genuínos ideais de Abril, que animaram uma Revolução que fizeram, reveladora da maneira bem portuguesa de estar na vida e na qual está refletida a sua natureza de povo competente, empreendedor, corajoso, responsável, disponível para sacrifícios, honesto, pacífico, fraterno, solidário, justo e amigo. É importante fazer com que o 25 de Abril não seja somente uma data histórica, ou um simples feriado, sem qualquer significado para os mais jovens. O 25 de Abril ofereceu-nos a liberdade. Uma liberdade que não se confunde com libertinagem e anarquia, onde é "proibido proibir", e que requer um forte





sentido de responsabilidade. O 25 de Abril ofereceu-nos a democracia. Mas não há democracia que resista à descredibilização da classe política, Quando a democracia resvala para a demagogia e para o populismo, deixando de responder com eficácia à satisfação das necessidades da sociedade, corremos o sério risco do desaparecimento dos valores estruturantes da democracia e do enfraquecimento do poder político democraticamente eleito, terreno fértil para o triunfo de movimentos ideológicos extremistas postulando soluções antagónicas aos valores que o 25 de Abril generosamente conquistou para todos nós. Apesar de alguns acidentes de percurso e de alguns objetivos falhados, Portugal, a par de Espanha, pode orgulhar-se de constituir um dos melhores exemplos de transformações democráticas da segunda metade do séc. XX. Fizemos com inegável sucesso a transição de um regime ditatorial asfixiante para um regime democrático e pluralista. Hoje vivemos em democracia e esta terá sido a maior conquista de Abril, mas a democracia em que vivemos carece ainda de um enorme aprofundamento e melhoramento. Não há ainda cultura democrática plena em Portugal. O 25 de Abril não é uma obra acabada. Como dizia Sophia de Mello Breyner "ainda não se cumpriu o sempre repetido grito de alegria". O 25 de Abril criou-nos megaexpectativas, os tempos atuais geram-nos megafrustrações, por isso hoje, muito mais que ontem, importa invocar e recuperar o verdadeiro espírito do 25 de Abril. Aquele que está traduzido na historinha contada por Catarina Santos, menina de 8 anos da extinta escola nº 1 de Espinho, citada no início desta intervenção: É necessário um sorriso nas ruas a caminho dos empregos, é preciso que nas escolas se cantem canções novas que falem de amizade, de amor e de liberdade responsável, é urgente devolver a alegria a Portugal. A apreensão do riquíssimo capital simbólico fornecido pelo 25 de Abril de 1974, nem sempre justamente valorizado, poderá ser a solução para resolver alguns dos problemas que afetam a sociedade portuguesa: a escassa participação na vida democrática, a falta de cidadania e de consciência cívica que vão caracterizando a vida atual, a desigualdade e a injustiça social, a descrença nos governantes, a desvalorização das eleições, a perda da capacidade de sonhar, a ausência de esperança num futuro melhor. O 25 de Abril de 1974 encerra valores intocáveis, que fazem dele um acontecimento exemplar, profundamente pedagógico. Por ele se pode fazer uma pedagogia da cidadania e da consciência cívica e reagir contra esta espécie de estado de anomia ou mesmo de negação de valores a que se assiste, sobretudo através da invocação e reforço dos valores da liberdade, da fraternidade, da igualdade, do respeito, da ética, da justiça social, da dignidade humana e da democracia. Por ele se pode fazer uma pedagogia da confiança, de forma a evitar os riscos do cada vez maior "desencanto democrático" a que se assiste, combatendo a cada vez maior descrença na capacidade de os nossos governantes e das nossas instituições democráticas em conseguirem encontrar as soluções certas para os nossos problemas e restabelecendo o pacto de confiança entre a política e os cidadãos. Por ele se pode fazer uma pedagogia do humanismo existencialista a defender que todos os homens nascem iguais e com direito à vida feliz e não apenas à sobrevivência. Por ele se pode fazer também uma pedagogia da esperança e da recuperação do sonho num país melhor, mais justo, mais fraterno e mais solidário. É por ele

que aqui estamos e é pelos valores que simboliza que festejamos agora. Viva o 25 de Abril, Viva a Democracia, Viva Espinho, Viva Portugal.”

Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada esta Sessão Extraordinária

Para constar e devidos efeitos, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

---

A Funcionária Municipal,

---